

No exercício de 1999, irá ocorrer a fusão destas duas sociedades, dando origem à Allianz Portugal, S. A.

Lisboa, 4 de Março de 1999. — Pedro Travassos & Delfim Alves — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Pedro Manuel Travassos de Carvalho*.

### Relatório do conselho fiscal

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vimos emitir o nosso relatório sobre a fiscalização das contas consolidadas da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., em referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1998, as quais, em conjunto com o relatório consolidado de gestão, nos foram submetidas para exame pelo conselho de administração nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 508.º-D do Código das Sociedades Comerciais.

Verificámos que o perímetro de consolidação foi definido pela Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., como empresa consolidante, de harmonia com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 147/94, de 25 de Maio, e que nos seus aspectos essenciais foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal através da sua norma n.º 31/95-R, de 28 de Dezembro.

Relativamente às empresas integradas no perímetro de consolidação mais relevantes apreciamos os respectivos relatórios, pareceres e certificações legais de contas emitidos pelos seus órgãos de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhes são aplicáveis. Apreciamos igualmente o relatório que nos termos do n.º 1 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, por remissão do n.º 1 do seu artigo 508.º-D, o revisor oficial de contas emitiu sobre a fiscalização das contas consolidadas a que procedeu, o qual, como exigido por lei, fica a fazer parte integrante do presente relatório, e bem assim a certificação legal das contas consolidadas que subscreveu, cujo teor mereceu a nossa inteira concordância.

O relatório consolidado de gestão satisfaz de um modo geral os requisitos exigidos pelo artigo 508.º-C do Código das Sociedades Comerciais e verificámos que existe concordância do seu conteúdo com as contas consolidadas.

Em face do exposto, e dado não se nos ter deparado qualquer aspecto que afecte materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação, o conselho fiscal deliberou formular sobre o relatório consolidado de gestão e sobre as contas consolidadas o parecer que segue em separado, o qual deverá ser presente aos accionistas e publicado, como a lei impõe.

Lisboa, 4 de Março de 1999. — O Conselho Fiscal: *José Soares de Albergaria Salazar Antunes*, presidente — *Damien Todorovitch*, vogal — *Pedro Manuel Travassos de Carvalho*, vogal, em representação de Pedro Travassos & Delfim Alves — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

### Parecer do conselho fiscal

Nos termos do n.º 1 do artigo 508.º-D do Código das Sociedades Comerciais procedemos ao exame das contas consolidadas da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., em referência a 31 de Dezembro de 1998 e à apreciação da concordância, com essas contas, do relatório consolidado de gestão, em resultado dos quais somos de parecer que aproveis o conjunto destes documentos.

Lisboa, 4 de Março de 1999. — O Conselho Fiscal: *José Soares de Albergaria Salazar Antunes*, presidente — *Damien Todorovitch*, vogal — *Pedro Manuel Travassos de Carvalho*, vogal, em representação de Pedro Travassos & Delfim Alves — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

### Extracto parcial da acta da assembleia geral

No dia 29 de Março de 1999, na Avenida da Liberdade, 185 — Hotel Tivoli, sala Jardim, em Lisboa, reuniram em assembleia geral anual, os accionistas da Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., para deliberar sobre os vários pontos constantes da respectiva convocatória.

Tendo sido declarada validamente constituída a assembleia, foram aprovados por unanimidade o relatório de gestão, balanço, e demais

documentos de prestação de contas do exercício de 1998, bem como a proposta de aplicação de resultados, pela qual, ao resultado do exercício consubstanciado num lucro de 691 609 406\$ que, acrescido dos resultados transitados perfaz um resultado acumulado de 1 158 590 838\$, é dada a seguinte aplicação:

Reserva legal — 69 161 000\$;  
Dividendos — 360 000 000\$;  
Saldo para o exercício seguinte — 729 429 838\$.

Foram ainda aprovados por unanimidade o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 1998.

Lisboa, 20 de Julho de 1999. — Pela Sociedade Portuguesa de Seguros, S. A., (*Assinatura ilegível*). 3000214652

### LISBOA — 4.ª SECÇÃO

#### CAPITAL MAIS — ASSESSORIA FINANCEIRA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção). Matrícula n.º 7758; identificação de pessoa colectiva n.º 504336304; número e data da apresentação: 1349/21 de Abril de 2005.

Maria Margarida F. Moreira da Silva, primeira-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção):

Certifica que foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do exercício do ano de 2004, cuja publicação se pretende na íntegra.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção), 22 de Junho de 2005. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida F. Moreira da Silva*.

### Relatório e contas de 2004

#### Órgãos sociais

Assembleia geral:

Presidente: Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira.  
Secretária: Maria Madalena França e Silva de Quintanilha Mantas Moura.

Conselho de administração:

Presidente: Marcos Tavares de Almeida Lagoa.  
Vogais:

Fernando Fonseca Cristino Coelho.  
Rameschandra Kakoo.

Fiscal único:

Amílcar Martins Escudeiro, revisor oficial de contas.  
Suplente: José Manuel Macedo Pereira, revisor oficial de contas.

Revisor oficial de contas:

Amílcar Martins Escudeiro, revisor oficial de contas.  
Suplente: José Manuel Macedo Pereira, revisor oficial de contas.

### Relatório do conselho de administração

#### 1 — Evolução da actividade

O exercício de 2004 fica marcado pela quebra dos resultados da sociedade, sendo que estes foram negativos no montante de — 81 845 euros.

A Capital Mais — Assessoria Financeira, S. A., tem por objectivo, desde a sua constituição em 18 de Novembro de 1998, a prestação de serviços de assessoria de investimentos e consultoria económica e financeira integrando sua actividade no âmbito da estrutura das socie-

dades participadas pela ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A.

Assim, e na prossecução dos seus objectivos como empresa especializada na prestação de serviços financeiros, serviu e apoiou outras unidades operacionais do Grupo Banco Espírito Santo, desenvolvendo igualmente acções no âmbito da assessoria a empresas na área de intermediação imobiliária.

## 2 — Perspectivas para 2005

Em 2005, a Capital Mais Assessoria Financeira, S. A., irá continuar a prossecução dos seus objectivos de acordo com seu estatuto de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria de investimentos e consultoria económica e financeira, estando atenta às eventuais oportunidades de negócio que possam surgir.

## 3 — Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício de 2004 foi de — 81 845 euros, para o qual e nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 66.º e para os efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, se propõe a seguinte aplicação:

Para resultados transitados: — 81 845 euros.

## 4 — Referências

O conselho de administração deseja agradecer a todos os que contribuíram para o desenvolvimento da Capital Mais — Assessoria Financeira, S. A., e em particular:

À mesa da assembleia geral, ao fiscal único, pelo modo como têm desempenhado as suas funções e apoiado a actividade do conselho de administração.

Lisboa, 15 de Março de 2005. — O Conselho de Administração: *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, presidente — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Rameschandra Kakoo*, vogal.

## Anexo ao relatório do conselho de administração

### Relação de accionistas (artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais)

Accionistas titulares de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital social: Espírito Santo Activos Financeiros — SGPS, S. A.: 100%.

O Conselho de Administração: *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, presidente — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Rameschandra Kakoo*, vogal.

## Balanço em 31 de Dezembro de 2004

		ACTIVO			(Em euros)
		Notas	2004		2003
		Activo bruto	Amort. e prov. acumuladas	Activo líquido	Activo líquido
<b>Imobilizado:</b>					
Imobilizações incorpóreas .....	10	889	776	112	408
Imobilizações corpóreas .....	10	277	267	10	66
Investimentos financeiros .....	10	13 495	13 119	377	377
		<u>14 661</u>	<u>14 162</u>	<u>499</u>	<u>850</u>
<b>Circulante:</b>					
Dívidas de terceiros .....	34	846 280	835 145	11 135	47 580
Depósitos bancários e caixa .....	48, al. b)	1 235 836	—	1 235 836	204 796
		<u>2 082 116</u>	<u>835 145</u>	<u>1 246 972</u>	<u>252 376</u>
Acréscimos e diferimentos .....	48, al. d)	922	—	922	127
<i>Total do activo</i> .....		<u>2 097 699</u>	<u>849 307</u>	<u>1 248 392</u>	<u>253 353</u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>					
		Notas	2004	2003	
<b>Capital próprio:</b>					
Capital .....		40	50 000	50 000	
Reservas legais .....		40	10 000	10 000	
Restantes reservas e outros capitais próprios .....		40	56 354	—	
Resultados transitados .....		40	—	—	
Resultado líquido do exercício .....		40	(81 845)	56 354	
<i>Total do capital próprio</i> .....			<u>34 509</u>	<u>116 354</u>	
<b>Passivo:</b>					
Dívidas a terceiros de curto prazo .....		48, al. c)	1 204 075	129 732	
Acréscimos e diferimentos .....		48, al. e)	9 808	7 267	
<i>Total do passivo</i> .....			<u>1 213 883</u>	<u>136 999</u>	
<i>Total do capital próprio e passivo</i> .....			<u>1 248 302</u>	<u>253 353</u>	

O Conselho de Administração: *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, presidente — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Rameschandra Kakoo*, vogal. — A Técnica Oficial de Contas, *Carla Sousa*.

**Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2004**

## CUSTOS E PERDAS

(Em euros)

	Notas	2004	2003
Fornecimentos e serviços externos .....		35 342	13 093
Custos com o pessoal:			
Remunerações .....		500	900
Encargos sociais .....		—	9
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo .....		351	1 155
Provisões .....	34 e 46	835 145	—
Impostos .....		3	15
Outros custos operacionais .....		—	—
(A) .....		871 341	15 172
Juros e custos similares .....	45	140	196
(C) .....		871 481	15 369
Custos e perdas extraordinários .....		—	1
(E) .....		871 481	15 370
Imposto sobre o rendimento do exercício .....	6	285 734	19 887
(G) .....		1 157 215	35 257
Resultado líquido do exercício .....	40	(81 845)	56 354
		1 075 370	91 611

## PROVEITOS E GANHOS

	Notas	2004	2003
Prestações de serviços .....	44	1 067 987	60 000
(B) .....		1 067 987	60 000
Outros juros e proveitos similares .....	45	7 382	8 052
(D) .....		1 075 369	68 052
Proveitos e ganhos extraordinários .....		1	23 559
(F) .....		1 075 370	91 611

## Resumo:

Resultados operacionais: (B)–(A) = .....	196 646	44 828
Resultados financeiros: [(D)–(B)]–[(C)–(A)] = .....	7 242	7 856
Resultados correntes: (D)–(C) = .....	203 888	52 683
Resultados antes de impostos: (F)–(E) = .....	203 889	76 241
Resultado líquido do exercício: (F)–(G) = .....	(81 846)	56 354

O Conselho de Administração: *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, presidente — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Rameschandra Kakoo*, vogal. — A Técnica Oficial de Contas, *Carla Sousa*.

**Demonstração dos resultados por funções em 31 de Dezembro de 2004**

(Em euros)

	2004	2003
Vendas e prestações de serviços .....	1 067 987	60 000
Custo das vendas e prestações de serviços .....	—	—
Resultados brutos .....	1 067 987	60 000
Outros proveitos e ganhos operacionais .....	1	23 559
Custos administrativos .....	(35 845)	(15 174)
Outros custos e perdas operacionais .....	(835 496)	—
Resultados operacionais .....	196 648	68 386
Custo líquido de financiamento .....	7 242	7 856

	(Em euros)	
	2004	2003
Resultados correntes .....	203 889	76 241
Resultados extraordinários .....	—	—
Imposto sobre o rendimento exercício .....	(285 734)	(19 887)
Resultados líquidos .....	(81 845)	56 354
Resultados por acção .....	—	5,64

O Conselho de Administração: *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, presidente — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Rameschandra Kakoo*, vogal. — A Técnica Oficial de Contas, *Carla Sousa*.

### Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2004

	(Em euros)	
	2004	
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes .....	1 270 905	
Pagamentos a fornecedores .....	(37 373)	
Pagamentos ao pessoal .....	(500)	
Fluxos gerados pelas operações .....	1 233 032	
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento .....	29 887	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional .....	(117 112)	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias .....	(87 225)	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias .....	17	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias .....	—	
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i> .....		<u>1 145 824</u>
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Imobilizações corpóreas .....	—	
Juros e proveitos similares .....	5 216	
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros .....	—	
Imobilizações corpóreas .....	—	
Imobilizações incorpóreas .....	—	
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i> .....		<u>5 216</u>
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos .....	—	
Aumentos de capital, prestações, suplementares e prémios de emissão .....	—	
Subsídios e doações .....	—	
Venda de acções próprias .....	—	
Cobertura de prejuízos .....	—	
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos .....	(120 000)	
Amortização de contratos de locação financeira .....	—	
Juros e custos similares .....	—	
Dividendos .....	—	
Reduções de capital e prestações suplementares .....	—	
Aquisições de acções próprias .....	—	
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i> .....		<u>(120 000)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3) .....		1 031 041
Efeito da diferença de câmbio .....		—
Caixa e seus equivalentes no início do ano .....		204 796
Caixa e seus equivalentes no fim do ano .....		<u>1 235 836</u>

O Conselho de Administração: *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, presidente — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Rameschandra Kakoo*, vogal. — A Técnica Oficial de Contas, *Carla Sousa*.

## Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2004

(Valores expressos em euros)

### Introdução:

A sociedade foi constituída por escritura pública de 18 de Novembro de 1998 sob a forma de sociedade anónima, tendo por objecto a prestação de serviços de assessorial de investimentos e consultoria económica e financeira, com um capital social inicial de 5 milhares de escudos.

Em Março de 2001, por deliberação em assembleia geral de 31 de Março, procedeu-se à redenominação do capital social da sociedade para euros, em cumprimento com o Decreto-Lei n.º 343/98, de 6 de Novembro, resultando um aumento do capital de 25 060 euros, o qual foi efectuado por incorporação de reservas legais, de forma a atingir o mínimo legal estipulado no artigo 276.º do Código das Sociedades Comerciais de 50 000 euros.

### 2 — Valores comparativos:

No presente exercício não se verificaram mudanças de políticas e ou critérios contabilísticos com efeitos importantes nas demonstrações financeiras, pelo que os valores deste exercício são comparáveis, em todos os aspectos significativos, com os valores do exercício anterior.

De referir que os números não indicados neste anexo não têm aplicação por inexistência ou irrelevância dos valores ou informações a reportar.

### 3 — Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos:

Os principais princípios contabilísticos aplicáveis às demonstrações financeiras da sociedade são apresentados como segue:

*a) Especialização de exercícios.* — A sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente às rubricas de custos e de proveitos.

*b) Imobilizações corpóreas e amortizações.* — As imobilizações corpóreas, registadas ao custo de aquisição, são amortizadas em duodécimos, pelo método das quotas constantes aplicado ao custo histórico, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais,

consignadas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, que se consideram traduzir razoavelmente a vida útil estimada dos bens ao serviço da sociedade:

	Anos
Outras imobilizações corpóreas .....	5

*c) Impostos sobre os lucros.* — A Capital Mais está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação em IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Em 31 de Dezembro de 2004, não existiam diferenças temporárias significativas entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscais.

*d) Acréscimos e diferimentos.* — Acréscimos e diferimentos (juros não vencidos relativos a investimentos financeiros e títulos negociáveis): cálculo efectuado dia a dia à respectiva taxa de remuneração.

### 6 — Imposto sobre o rendimento:

	2004	2003
Lucro contabilístico antes de impostos .....	203 889	76 241
Correcções ao resultado contabilístico .....	835 115	(16 281)
Lucro tributável .....	1 039 004	59 961
Estimativa de imposto sobre os lucros .....	285 734	19 887
Taxa efectiva de imposto sobre o lucro contabilístico (em percentagem) .....	140,14	26,08
Pagam. por conta efect. no exercício ....	14 806	63 288
IRC a pagar/recup. em 31 de Dezembro	270 929	(43 401)

### 10 — Movimentos ocorridos no activo imobilizado:

#### Activo bruto:

	Saldo líquido inicial	Adições	Amortizações/ provisões	Transferências	Alienações/ abates	Saldo líquido final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>						
Outras .....	889	—	—	—	—	889
<b>Imobilizações corpóreas:</b>						
Equipamento de transmissão .....	277	—	—	—	—	277
<b>Investimentos financeiros:</b>						
Partes de capital .....	13 495	—	13 119	—	—	377
<b>Amortizações:</b>						
			Saldo inicial	Reforço	Regula- rizações	Saldo final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>						
Outras .....			481	295	—	776
<b>Imobilizações corpóreas:</b>						
Outras .....			212	55	—	267

### 16 — Informação relativa a empresas do grupo e empresas associadas:

A sociedade é detida a 100% pela ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A., com sede na Avenida Álvares Cabral, 41, rés-do-chão, em Lisboa, sendo as suas contas consolidadas com as desta empresa.

### 23 — Dívidas de cobrança duvidosa:

O montante de dívidas de cobrança duvidosa (835 145 euros), incluído na rubrica de dívidas de terceiros do balanço da sociedade refere-se a um único saldo correspondente a um acordo entre a sociedade e a ESAF relativo a uma transacção da qual resultou uma acção fiscal com probabilidade de resultado adverso, tendo por isso a administração da sociedade decidido a constituição de uma provisão (v. nota n.º 34).

## 34 — Movimento de provisões:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para cobrança duvidosa .....	—	835 145	—	835 145
Provisão para investimentos financeiros .....	13 119	—	—	13 119
<i>Total</i> .....	13 119	835 145	—	848 264

A provisão para cobranças duvidosas foi constituída para fazer face a um saldo de devedores. Foi decidido provisionar o seu saldo dado que é convicção da sociedade que a probabilidade do seu recebimento é muito reduzida.

A provisão para investimentos financeiros apresentada no balanço foi criada no exercício de 2002 e mantém-se até à presente data por se continuar a verificar a desvalorização de alguns títulos que compõem a carteira.

## 36 — Acções de capital:

O capital da sociedade é representado por 10 milhares de acções, nominativas ou ao portador, com o valor nominal de 5 euros, totalmente subscrito e realizado.

## 37 — Pessoas colectivas com participação igual ou superior a 20% do capital:

O capital da sociedade é detido em 100% pela ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A.

## 40 — Movimentos do exercício ocorridos nas rubricas de capitais próprios:

	Total da situação líquida	Capital	Reservas e resultados transitados
Saldo em 31 de Dezembro de 2003 .....	116 354	50 000	66 354
Distribuição aos accionistas .....	—	—	—
Lucro do exercício .....	(81 845)	—	(81 845)
Saldo em 31 de Dezembro de 2004 .....	34 509	50 000	(15 491)

Em conformidade com a decisão da assembleia geral realizada a 31 de Março de 2004, que aprovou as contas do exercício de 2003, foi deliberado relativamente ao resultado do exercício acrescer a reservas livres o valor de 56 354 euros.

A reserva legal não está disponível para distribuição, apenas podendo ser utilizada para aumentar o capital ou compensar eventuais prejuízos, tendo sido reforçada anualmente por uma percentagem não inferior a 5% do resultado líquido o que à presente data já constitui a quinta parte do capital social, não sendo por isso necessária a constituição de uma reserva superior.

## 43 — Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais:

A Capital Mais suportou os seguintes custos relativamente a remunerações dos membros dos órgãos sociais, que inclui a remuneração do fiscal único:

Ano de 2004 — 5226;  
Ano de 2003 — 5626.

Esta sociedade não assume quaisquer responsabilidades em matéria de pensões relativamente aos seus órgãos sociais.

Durante o exercício não foram efectuados adiantamentos, concedidos créditos ou prestadas garantias a favor dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

## 44 — Repartição do valor das prestações de serviço por actividade e por mercados:

Os proveitos da sociedade, resultantes da actividade de assessoria e consultoria económica e financeira, repartiram-se do modo abaixo indicado, sendo que em 2003 se verificou um significativo decréscimo da actividade:

	2004	2003
Mercado nacional .....	1 067 987	60 000

## 45 — Demonstração dos resultados financeiros:

## CUSTOS E PERDAS

	2004	2003
Juros suportados .....	—	—
Outros custos e perdas financeiros .....	140	196
Resultados financeiros .....	7 242	7 856
	7 382	8 052

## PROVEITOS E GANHOS

	2004	2003
Juros obtidos .....	7 382	8 052

O montante de 7382 euros (2003: 8052 euros) registado na rubrica de juros obtidos diz respeito aos proveitos provenientes dos depósitos a prazo constituídos pela sociedade junto do Banco Internacional de Crédito.

## 46 — Demonstração dos resultados extraordinários:

## CUSTOS E PERDAS

	2004	2003
Aumento de amortiz. e provisões (v. nota n.º 34) .....	835 145	—
Correcções relativas a exercícios anteriores .....	—	1
Resultados extraordinários .....	—	23 558
	835 145	23 559

## PROVEITOS E GANHOS

	2004	2003
Ganhos em imobilizações .....	—	1 177
Correcção ao exercício anterior .....	—	6 417
Outros proveitos e ganhos extraordinários .....	1	15 965
	1	23 559

## 48 — Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

## a) Fornecimentos e serviços externos:

	2004	2003
Combustíveis .....	—	316
Material de escritório .....	—	246
Comunicação .....	759	—
Seguros .....	—	550
Vigilância e segurança .....	1 135	1 097
Publicidade .....	2 603	2 541
Trabalhos especializados .....	4 726	4 786
Honorários .....	25 000	—
Outros serviços — ESAF — SGPS .....	—	3 000
Outros .....	1 118	557
	35 342	13 093

O valor de 25 000 euros da rubrica de honorários, diz respeito a despesas incorridas na obtenção de informação para o estudo de via-

bilidade num novo projecto. O valor da rubrica de outros, deve o seu acréscimo ao mesmo motivo da rubrica de honorários.

*b) Depósitos bancários:*

Incluem depósitos a prazo no Banco Internacional de Crédito (BIC), pelo montante de 1 230 000 euros (2003: 190 000 euros) com vencimento num prazo inferior a três meses. O valor remanescente corresponde a depósitos à ordem no Banco Espírito Santo e no BIC nos valores de 2501 euros (2003: 2702 euros) e 3235 euros (2003: 11 994 euros), respectivamente. O BES e o BIC integram o Grupo Banco Espírito Santo.

*c) Dívidas a terceiros de curto prazo:*

Esta rubrica inclui um montante de 830 000 euros correspondente a um suprimento efectuado pela ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A.

*d) Acréscimos e diferimentos (contas do activo):*

	2004	2003
Acréscimos de proveitos:		
Juros de depósitos bancários .....	922	112
Custos diferidos:		
Seguros .....	—	15
	922	127

*e) Acréscimos e diferimentos (contas do passivo):*

	2004	2003
Acréscimos de custos:		
Outros acréscimos de custos .....	9 808	7 267

A rubrica de outros acréscimos de custos inclui valores que estão especializados mas que aguardam facturas que só serão emitidas em 2005, embora o custo diga respeito ao ano de 2004.

O Conselho de Administração: *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, presidente — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Rameschandra Kakoo*, vogal. — A Técnica Oficial de Contas, *Carla Sousa*.

## Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinei as demonstrações financeiras anexas da sociedade Capital Mais — Assessoria Financeira, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2001, a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, documentos que evidenciam um total de balanço de 1 248 392 euros e um total de capital próprio positivo igualmente de 34 509 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 81 845 euros.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame inclui:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas,

baseadas em juízos e critérios definidos pela administração na preparação das demonstrações financeiras;

A apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias e a aplicabilidade ou não do princípio da continuidade.

5 — Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

6 — *Opinião.* — Em minha opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Capital-Mais — Assessoria Financeira, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 21 de Março de 2005. — O Revisor Oficial de Contas, *Amílcar Martins Escudeiro*.

## Relatório e parecer do fiscal único

Na qualidade de fiscal único e de revisor oficial de contas da Capital Mais — Assessoria Financeira, S. A., desenvolvemos, ao longo do exercício de 2004, nossa função de fiscalização, cabendo-nos, em final de exercício, elaborar relatório e parecer, que permitam compreender as acções desenvolvidas e as conclusões tiradas.

Destina-se assim este relatório, dando cumprimento à lei e aos estatutos, a informar os accionistas sobre aquela matéria.

Tendo em conta a actividade da sociedade durante o exercício, procurámos proceder aos exames e apreciações que considerámos ajustados ao fim em vista.

Verificámos, por amostragem, a contabilização dos documentos que resultaram das operações concretizadas, tendo analisado, simultaneamente, a sua vertente formal.

Inteirámos-nos dos movimentos e critérios seguidos no que concerne a amortizações e provisões. Quanto às primeiras, seguiu-se, à semelhança do exercício anterior, o critério da aceitação fiscal. No que diz respeito às segundas, revelam um reforço elevado, por força da inclusão no activo de uma verba resultante de acordo negocial conduzido pela administração com terceiros. Conforme informação colhida, esta verba encerra elevado risco de cobrança, conforme, aliás, se refere no anexo que acompanha as contas. Por este motivo, o critério seguido afigura-se-nos ponderado.

Verificámos que a empresa procurou assegurar a especialização dos exercícios. Apesar de não ter procedido ao diferimento dos impostos, dado o nível de materialidade envolvido, afiguram-se-nos satisfatórios os procedimentos seguidos e a aderência de custos e proveitos, aos exercícios, obtida.

Confirmámos as reconciliações bancárias e testámos os movimentos efectuados nesta área.

Analisámos o cumprimento das obrigações legais, designadamente em termos de impostos, com base nos registos efectuados e na documentação comprovante. Confirmámos a boa escrituração dos livros obrigatórios. Confirmámos a execução das deliberações da assembleia geral que aprovou as contas de 2003.

Verificámos as contas de custos e proveitos e confirmámos as variações das componentes das rubricas do capital próprio, cuja desdida se encontra justificada nos resultados obtidos.

A empresa elaborou a demonstração dos resultados por funções e bem assim a dos fluxos de caixa.

Apreciámos o cálculo da estimativa dos impostos sobre o rendimento que não contempla, em nossa opinião, bem, o efeito da provisão para cobranças duvidosas constituída para atender ao crédito acima referido, tendo em conta a documentação disponível.

A nosso pedido, foi-nos facultada a declaração do órgão de gestão, recomendada pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Presentes os documentos de prestação de contas elaborados pela administração, verificámos a sua conformidade com os registos e as normas legais. Isso permitiu-nos concluir que o relatório, embora não muito extenso, por desnecessário, é tradutor do andamento dos negócios da empresa.

Também o balanço, a demonstração dos resultados e o anexo a estes documentos respeitam as normas quanto à sua apresentação, correspondem aos registos da empresa e dão, desta, uma imagem verdadeira no que diz respeito à sua situação patrimonial. A proposta de aplicação dos resultados configura-se-nos ponderada, em função dos resultados obtidos.

Por estes factos, emitimos a certificação legal das contas, em documento anexo.

Do mesmo modo, confirmamos que o relatório da administração, as contas e a proposta para a aplicação dos resultados do exercício têm o nosso parecer favorável, pelo que propomos a sua aprovação pela assembleia geral.

Tendo contado sempre com o apoio e disponibilidade da administração e dos serviços, desejamos aqui agradecer esse facto, bem como o facto de o conselho de administração ter tido a amabilidade de nos consignar uma referência no seu relatório.

Lisboa, 21 de Março de 2005. — O Fiscal Único, *Amílcar Martins Escudeiro*, revisor oficial de contas. 2008411834

## PORTO

### PORTO — 1.ª SECÇÃO

#### FINIBANCO, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção). Matrícula n.º 45 635/890112; identificação de pessoa colectiva n.º 502090243; inscrição n.º 20; número e data da apresentação: 7/13 de Abril de 1995; pasta n.º 3574.

Lígia Maria Gigante Pinheiro, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção):

Certifica que são do seguinte teor os documentos de prestação de contas da sociedade em epígrafe, relativos ao ano de exercício de 1994.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção), 15 de Maio de 1995. — A Segunda-Ajudante, *Lígia Maria Gigante Pinheiro*.

### Mensagem do presidente

Com o consumo interno a revelar-se pouco dinâmico, a economia portuguesa iniciou, timidamente, a fase de recuperação, graças à animação das exportações. É um bom sinal que nos deveria confortar, sobretudo tendo presente o efeito acelerador que a procura externa exerce em qualquer processo de recuperação económica. Contudo, o efeito conjugado das elevadas taxas de juro reais e o nível de endividamento das empresas, está a reduzir a capacidade de reacção do tecido empresarial, dificultando a sua modernização e adiando projectos de investimento.

É neste cenário, bem conhecido, que se desenvolve o negócio bancário a sofrer ainda, nesta fase do ciclo económico, o efeito retardado da crise que a realidade objectiva dos balanços vai revelando.

Senhores accionistas, o Finibanco, o vosso Banco, cumpriu um exercício em que teve de conciliar o forte investimento indispensável ao seu lançamento e enfrentar o efeito da conjuntura económica adversa e de um ambiente de intensa e agressiva concorrência.

Do relatório e contas que agora se submete à apreciação dos accionistas, realça-se o facto de os activos terem atingido a cifra de 33,5 milhões de contos, sensivelmente o dobro do verificado no ano precedente. Para um Banco em fase de lançamento e nas condições adversas de mercado, bem conhecidas e anteriormente assinaladas, o *cash-flow* de 676 000 contos é meritório, mérito que me compete endossar ao Eng. Humberto da Costa Leite, que presidiu aos destinos do vosso Banco até 31 de Outubro, data em que, por opção sua, me fez cooptar para a presidência do Finibanco. Os lucros de 66 000 contos apurados antes de impostos, traduzem uma atitude de prudência, pois entendi que deveríamos, prioritariamente, reforçar as condições financeiras da instituição, provisionando os activos pelos valores máximos que a lei permite, sendo certo que tais provisões representam uma cobertura talvez superior a 100%, relativamente ao grau de cobrabilidade dos créditos em situação de mora, incluindo os de mora prolongada, decorrente de operações de crédito a médio prazo realizados ainda no tempo da Finindústria, genericamente cobertas por sólidas garantias reais. No conjunto, as provisões ascendem a 725 000 contos que nos dão um franco conforto.

Por sua vez, o *ratio* de solvabilidade do Finibanco ascendendo a 33,3%, situa-se muito acima da média do sistema bancário e apresenta o quádruplo do valor mínimo que a lei nos fixa.

É provável que algumas das condições adversas e outros obstáculos que tão decisivamente marcaram este exercício, subsistam ainda em

1995, mas gostaria, talvez ousadamente, de os tomar, acima de tudo, como um desafio de bom augúrio.

É que, os projectos de sucesso têm tendência a nascer ou a firmar-se em tempos de crise. Na verdade, um pouco como acontece com as facilidades na vida das pessoas, também as instituições, sejam elas de que natureza forem, quando se desenvolvem em ambiente de excesso de facilidades têm tendência a relativizar os custos, a negligenciar os riscos, a não endurecer a vontade colectiva e a não cultivar a determinação, atitudes e comportamentos que julgo indispensáveis para tornar consistente o desejo de objectivos ambiciosos.

Exactamente porque são ambiciosos os objectivos que se pretendem para o Finibanco, a estratégia de desenvolvimento, que irá ser seguida, tomará em conta tudo o que sumariamente foi referido. Contudo, não é ainda o momento apropriado para detalhar o seu modo de execução, mas avança-se que, em termos organizativos, se irão privilegiar princípios que facilitem a institucionalização da automotivação, na prática, o que significa algum afastamento do modelo clássico de organização.

Ganhar dimensão será seguramente um dos objectivos, mas, para conquistar mercado não iremos aviltar as taxas das operações activas e o preço dos serviços, nem exagerar na remuneração das operações passivas, porque não queremos contribuir para a degradação das já difíceis condições de exploração. Iremos sim privilegiar a qualidade dos serviços e a inovação para nos tornarmos num parceiro financeiro desejado pela sua eficiência e transparência de procedimentos.

Na linha da política anteriormente definida, concretizou-se a compra de um edifício em Lisboa onde passará a funcionar a sede central, mantendo-se no Porto a sede social. No rés-do-chão do referido edifício, na Avenida de Berna, 10, ficará instalado o balcão de Lisboa que marca o início da nossa expansão geográfica. Durante o ano de 1995 o Finibanco continuará a expandir-se, prevendo-se a abertura de alguns novos balcões e escritórios de representação, onde e quando a actividade operacional o justificar.

Para servir a clientela residente no estrangeiro, em condições de igualdade com a restante banca, foram dados os primeiros passos no sentido da internacionalização do Finibanco. Assim, foi solicitado às autoridades de Macau, autorização para a criação de um Banco de direito local, o Finibanco-Macau, S. A. R. L., que se espera possa começar a operar no início do segundo semestre de 1995; foram desencadeadas as acções internas com vista à abertura da sucursal *off-shore* da Madeira para começar a operar no final de Fevereiro e, na mesma linha de preocupações, está já em preparação o dossier para se solicitar às Autoridades das Ilhas Caimão, autorização para abrir uma sucursal *off-shore* internacional. Como consequência do processo em curso de aceleração do desenvolvimento do Banco, prevemos, de igual modo, um crescimento induzido das empresas associadas, cujo contributo para a consolidação do nosso projecto reputamos de muita importância. Não se exclui a possibilidade de ir além deste programa, já em curso de preparação, bastando, para tal, que as condições do mercado o aconselhem.

Finalmente, cumpre-nos manifestar ao Eng. Humberto da Costa Leite o nosso agradecimento pelo modo eficaz como conduziu os destinos do Banco, em anos marcadamente difíceis, sendo de salientar o papel de relevo que teve na fase, sempre difícil, de adaptação das estruturas de uma sociedade de investimentos, a Finindústria, para um Banco, o Finibanco. Sobre este aspecto é, igualmente, de destacar o papel crucial que teve na promoção do aumento de capital, abrindo-o a novos e prestigiados accionistas.

O capital e reservas acumuladas eleva-se, pois, a 9,3 milhões de contos, que é uma excelente base para iniciar um processo de expansão sustentável.

É esse desafio que muito gostosa e decididamente aceitamos.

O Presidente, (*Assinatura ilegível*.)

### Relatório do conselho de administração

#### 1 — Enquadramento macroeconómico

##### 1.1 — Economia internacional

Os sinais de recuperação económica internacional continuam a manifestar-se de forma cada vez mais clara, ainda que de modo diferenciado. Os Estados Unidos, com um crescimento de 4,1%, concluíram o terceiro ano consecutivo de expansão, não somente devido ao dinamismo do consumo interno, mas também pelo bom aproveitamento das trocas comerciais com os países da América Latina e Sudeste Asiático, os quais mantiveram taxas de crescimento muito expressivas, mesmo no auge da crise económica mundial.